



PT quer consolidar crescimento



Embalado pela criação recorde de 1,8 milhão de postos de trabalho com carteira assinada de janeiro a outubro e pelo aumento acumulado de 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nos três primeiros trimestres do ano — a maior taxa desde 1996 —, o PT quer consolidar o crescimento econômico e o emprego em 2005. Na resolução aprovada durante a reunião dos dias 20 e 21 de novembro, o Diretório Nacional do partido destaca os avanços obtidos pelo governo federal e defende a importância de se avançar na agenda do desenvolvimento.

Segundo o documento, o Brasil está diante da oportunidade única de consolidar um ciclo de crescimento de longo prazo. Para isso, o DN afirma que os próximos passos devem estar voltados

para os investimentos em infra-estrutura, a conclusão da reforma tributária e a aprovação de projetos importantes no Congresso — como as Parcerias Público-Privadas —, entre outras medidas. O texto faz ainda um balanço do resultado das eleições municipais e traz recomendações aos petistas que se preparam para administrar 411 prefeituras.

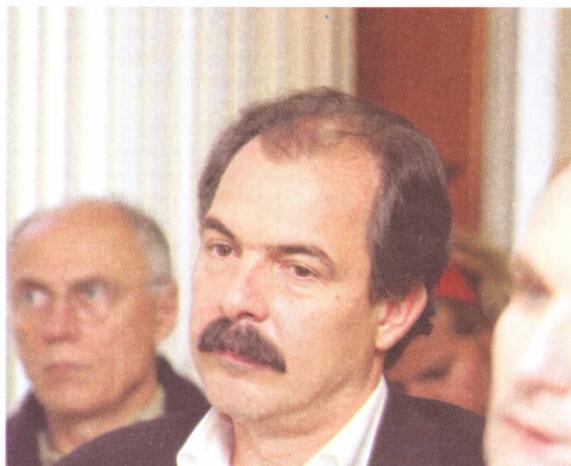
Em encontro nacional realizado nos dias 29 e 30 de novembro, os novos prefeitos e prefeitas aprovaram a Carta de Brasília, onde também manifestam seu apoio às ações do presidente Lula e mostram disposição para integrar as iniciativas municipais às do governo federal. Nesta edição, o **PT Notícias** faz um balanço de reuniões e eventos promovidos em novembro e traz a íntegra dos documentos aprovados.

DN reafirma apoio a Lula

A resolução aprovada pelo Diretório Nacional do PT na reunião dos dias 20 e 21 de novembro reafirma o apoio do partido às políticas adotadas pelo governo Lula, destacando avanços como a redução da vulnerabilidade externa, o superávit da balança comercial e o crescimento das exportações. O documento também avalia o resultado das eleições municipais e define um roteiro de discussões e atividades para 2005.

Na avaliação do presidente nacional do PT, José Genoino, a reunião do DN comprovou que a legenda é democrática e pluralista. “O resultado facilita a pactuação com todas as correntes do partido”, disse.

Segundo o dirigente, a resolução — aprovada por 34 votos — correspondeu à proposta da maioria, com algumas alterações. Entre as mudanças está o posicionamento do PT pela redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para faci-



Os senadores Mercadante e Suplicy participam da reunião

litar investimentos, e pelo estabelecimento de uma programação para a recuperação real do valor do salário mínimo nos próximos anos.

O documento ressalta a importância da estabilidade monetária e do combate à inflação, acompanhados de crescimento econômico, geração de empregos e recuperação da renda. A resolução afirma que o PT obteve um grande crescimento nas eleições e

saiu fortalecido, mas ressalva que os resultados devem ser analisados sem uma postura triunfalista ou derrotista. Para o DN, o partido precisa aumentar a interlocução com os movimentos sociais, preparar-se para superar a frente antipetista que se formou em algumas regiões e melhorar a política de alianças, antes e depois da disputa eleitoral. Confira as íntegras aprovadas nas páginas 5, 6, 7 e 8.

Aprovadas mudanças na Executiva Nacional

O Diretório Nacional aprovou três alterações na Comissão Executiva Nacional (CEN) do PT. A primeira mudança afeta a Secretaria de Relações Internacionais (SRI), que passou a ser comandada por uma comissão encabeçada por Paulo Ferreira — novo secretário-executivo da pasta. O deputado federal Paulo Delgado tornou-se secretário-adjunto para assuntos parlamentares da SRI. Valter Pomar,

que continua como 3.º vice-presidente do partido, passou a integrar a comissão como sub-secretário.

Com a saída de Paulo Ferreira, a responsabilidade sobre a Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (Snai) foi repassada a uma comissão provisória da CEN integrada por Mônica Valente, Francisco Campos e Romênio Pereira. Os dirigentes assumiram o trabalho até que ocorra a de-

finição do novo secretário.

A ex-governadora do Amapá Dalva Figueiredo, que já era responsável, junto com João Batista, pelo escritório regional da Executiva Nacional na região amazônica, foi designada para montar uma estrutura idêntica no Nordeste, em acordo com os petistas daquela região. A implantação estava prevista desde o 11.º Encontro Nacional do PT, que ocorreu em Recife em 2001.

Encontro reflete unidade entre partido, prefeitos e governo, diz Paulo Ferreira

O Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas do PT, que ocorreu nos dias 29 e 30 de novembro, em Brasília, reuniu 346 dos 411 prefeitos eleitos ou reeleitos pelo partido este ano. Para o dirigente Paulo Ferreira — que organizou o evento ainda como secretário nacional de Assuntos Institucionais —, a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de vários ministros refletiu o grau de unidade que existe entre o PT, os futuros administradores municipais e o governo federal. “Vamos entrar em 2005 e chegar a 2006 numa posição muito positiva para a reeleição do presidente Lula”, analisou.

No encontro — que contou ainda com a presença de vice-prefeitos eleitos —, os participantes puderam aprender com as experiências de petistas que já administram cidades. Também conheceram os programas que os ministérios desenvolvem em parceria com os municípios. No último dia do evento, foi aprovada a Carta de Brasília.



O presidente Lula discursa no primeiro dia do evento

O documento faz uma avaliação positiva do resultado das eleições municipais, destacando o crescimento do PT no país. O texto aponta os avanços do governo Lula e elogia a retomada do crescimento, a abrangência inédita dos programas sociais, os êxitos da política internacional e a mudança de relacionamento da União com as cidades, entre outros pontos. “A Carta, visualizando 2005, cita algumas questões fundamentais, como a continuidade e o aprofundamento dos avanços federa-

tivos iniciados com o governo Lula”, afirmou Ferreira.

Segundo o dirigente, o partido terá sua primeira experiência de um governo nacional e administrações municipais unificados programaticamente. “Nossas prefeituras serão conduzidas à luz de uma situação diferente daquela que encontramos no governo anterior, que discriminava as prefeituras do PT e favorecia as do PSDB e da base aliada”, disse. Leia a íntegra da Carta e confira detalhes do encontro nas páginas 3 e 4.



Mesa de abertura reuniu presidente, ministros, dirigentes e prefeitos eleitos

INTERNACIONAL

Partidos discutem eleições de 2004 na América Latina

A reunião do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, ocorrida em 22 e 23 de novembro na capital paulista, foi também uma oportunidade para representantes de sete partidos de esquerda e três outras delegações latino-americanas avaliarem as eleições que ocorreram recentemente na maioria dos países da América Latina. O encontro teve o objetivo de preparar o 12.º Encontro do Foro de São Paulo em 2005 e de articular uma agenda política comum para o próximo ano.

“Os resultados eleitorais significativos mostram que estamos complementando um ciclo vitorioso para os partidos progressistas, que conseguiram se instituir como força de poder”, avaliou o secretário nacional de Relações Internacionais do PT, Paulo Ferreira. Para ele, as vitórias representam uma enorme responsabilidade para as legendas que estão ultrapassando a postura de contestação do modelo neoliberal para assumir a solução dos problemas.

Apesar da pouca experiência governista da maioria dos partidos, ele considera os resultados animadores. De acordo com Ferreira, a aliança entre os governos de esquerda deve aumentar com a vitória de Tabaré Vázquez, no Uruguai, e com a pressão de governos municipais e departamentais de esquerda na Venezuela, Colômbia, Nicarágua, Equador, Panamá, Chile, El Salvador e República Dominicana.



Paulo Ferreira: “Resultados positivos mostram ciclo vitorioso de partidos progressistas”

Esquerda tem vitórias históricas

Representantes de partidos progressistas que participaram da reunião do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo comemoraram os bons resultados da esquerda nas eleições latino-americanas deste ano. Na avaliação dos dirigentes internacionais, vitórias como a de Tabaré Vázquez, no Uruguai, e da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), na Nicarágua, representaram acontecimentos históricos.

No Uruguai, rompeu-se uma alternância de poder entre os Partidos Nacional e

Colorado que ocorria desde 1828. A Frente Ampla de Vázquez venceu no 1.º turno com 50% dos votos. Segundo o senador eleito Carlos Baráibar, o novo governo tem a tarefa de promover as transformações que a população espera.

Já os resultados da FSLN nas eleições municipais de 7 de novembro, na Nicarágua, representaram uma dura derrota ao governo atual. O partido venceu em 16 das 17 capitais de província e em 91 cidades de um total de 152. “A maioria da população vê na FSLN uma força que pode res-

gatar o país da pobreza e da ausência de política desenvolvimentista”, disse o secretário de Relações Internacionais da FSLN, Hernan Estrada.

A coalizão de esquerda Juntos Podemos reduziu os votos dos setores de direita no Chile e ampliou seu eleitorado em 10% em 31 de outubro, elegendo quatro prefeitos (antes tinha apenas um) e 90 vereadores. Na avaliação do secretário de Organização do Partido Comunista do Chile, Lautaro Carmona Soto, o resultado eleitoral quadruplicou a força da esquerda.

Declaração do Grupo de Trabalho encerra encontro

Após a reunião que ocorreu na capital paulista nos dias 22 e 23 de novembro, o Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo divulgou uma declaração em que expõe a posição de partidos e grupos progressistas da América Latina sobre as disputas eleitorais que aconteceram neste ano em alguns países. Leia, a seguir, a íntegra do documento:

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de São Paulo nos dias 22 e 23 de novembro de 2004, em clima de vitória pelo contundente triunfo da Frente Ampla, que consagrou Tabaré Vázquez presidente de Uruguai,

- ressalta a importância do resultado do plebiscito realizado no Uruguai, no mesmo dia da eleição presidencial, pelo qual ficam incluídos na Constituição, como parte integral dos Direitos Humanos, os serviços de água potável e saneamento;
- destaca os avanços dos partidos membros do Foro de São Paulo que participaram nas eleições municipais de Brasil, Chile e Equador com atenção especial para os resultados vitoriosos obtidos pela Frente Sandinista de Libertação Nacional na Nicarágua e pelas forças que apóiam o presidente Chávez nas eleições regionais da Venezuela. Por outro lado, registra com preo-

cupação a rearticulação de forças conservadoras e neoliberais;

- saúda a recente eleição interna na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional como expressão de democratização que os coloca em melhor posição para enfrentar os desafios futuros;
- denuncia e repudia o assassinato do promotor público da Venezuela Danilo Anderson como expressão do terrorismo a serviço dos inimigos do governo democrático do presidente Hugo Chávez, cujo triunfo no referendo de agosto foi acompanhado por uma delegação do Grupo de Trabalho que expressou a solidariedade do Foro de São Paulo;
- manifesta indignação pelos assassinatos dos companheiros do Movimento dos Sem-Terra no Brasil, cujos responsáveis já foram identificados e responsabilizados. Esse fato representa bem a ação das oligarquias rurais e setores contrários à reforma agrária no Brasil;
- reitera o compromisso de lutar junto aos movimentos sociais que, no dia 12 de outubro, manifestaram-se contra a Alca em toda América Latina;
- congratula-se com as importantes manifestações democráticas no Chile, contra a política intervencionista do governo Bush e saúda as iniciativas dos movimentos político-sociais contra a estra-

tégia neoliberal, durante a recente reunião da Apec;

- saúda a posição liderada pelo ministro de Defesa do Brasil, vice-presidente José Alencar, e assumida por vários ministros da região, que na 6.ª Reunião de Ministros de Defesa das Américas enfrentou com sucesso a proposta do governo de Estados Unidos, apoiado pelo governo da Colômbia, para a criação de uma força multilateral para combate ao narcotráfico;
- manifesta gozo pela expressiva votação de 179 votos na Assembléia Geral de Nações Unidas condenando novamente o bloqueio a Cuba por parte de Estados Unidos e repudia a política norte-americana de isolamento da irmã nação de Cuba;
- ratifica seu compromisso com a busca de uma saída política negociada ao conflito colombiano e repudia o Plano Colômbia e a Iniciativa Regional Andina, como expressão da intervenção dos Estados Unidos na região andina e amazônica;
- reitera o repúdio à continuidade da guerra e ocupação do Iraque e, em especial, condena o massacre de Faluja pelas tropas invasoras;
- expressa grande pesar pela perda do companheiro Gerárd Pierre Charles, dirigente da Organização do Povo em Luta (organização membro deste Grupo de

Trabalho) e lutador incansável pela liberdade e a justiça no Haiti;

- manifesta solidariedade com o povo brasileiro, pelo falecimento do economista Celso Furtado, insigne pensador da realidade latino-americana e defensor de políticas de desenvolvimento com justiça social;
- realiza uma homenagem póstuma ao grande lutador da causa palestina, presidente Yasser Arafat, e reitera a posição de apoio à criação do Estado Palestino e à retomada do processo de negociações de paz no Oriente Médio;

Por último, manifesta o compromisso de trabalhar para a realização do 12.º Encontro em São Paulo em 2005, em ocasião do aniversário de 15 anos da fundação do Foro de São Paulo.

São Paulo, 23 de novembro de 2004.

- PT / Brasil
- PCdoB / Brasil
- Delegação Chilena
- Delegação Colombiana
- PC / Cuba
- Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional – FMLN / El Salvador
- Delegação Equatoriana
- Partido da Revolução Democrática / México
- Frente Sandinista de Libertação Nacional / Nicarágua
- Frente Ampla / Uruguai

ARTIGO

Governo do crescimento e do emprego

José Genoio*

O anúncio do crescimento do PIB de 6,1% no terceiro trimestre do ano confirma que o Brasil está mesmo na rota da retomada do desenvolvimento sustentável. O PIB de 2004 deverá fechar em 5%, um dos melhores desempenhos da última década. Esse desempenho desmente os cétricos, por um lado, e os agourentos, por outro. De fato, poucas horas antes do anúncio do PIB, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez um virulento e injustificável ataque ao governo Lula, classificando-o de incompetente. O anúncio do crescimento exuberante do PIB, por si só, sem outras palavras, é um desmentido veemente do discurso de Fernando Henrique. Registre-se apenas que esse tipo de ataque não contribui para a tranquilidade de que o Brasil precisa para enfrentar e vencer seus desafios, nem para um relacionamento civilizado entre oposição e governo.

Os bons resultados que o Brasil está colhendo na economia são consequência do viés pró-crescimento que o governo Lula imprimiu à política econômica. O aspecto mais visível dessa nova orientação se expressa nos resultados obtidos nas contas externas, pelos superávits na balança comercial e nas contas correntes. Os superávits comerciais que o Brasil vem obtendo dinamizam nosso crescimento e expandem a geração de empregos. Os superávits em conta corrente indicam que o país está menos vulnerável aos efeitos externos. Contribui para isso também o ajuste fiscal sério que vem sendo feito. As contas públicas melhoram significativamente: houve uma redução da dívida pública em relação ao PIB e uma drástica redução da dívida vinculada a moedas estrangeiras. O controle da inflação também foi decisivo para conquistar a estabilidade macroeconômica. A confiança no Brasil aumentou e o risco País é um dos mais baixos dos últimos dez anos. Todos esses indicadores estavam deteriorados quando o presidente Lula assumiu o governo.

O mais importante é que o bom desempenho dos indicadores e o crescimento da economia se vêm traduzindo na geração de empregos. O governo Lula herdou uma taxa de desemprego do governo anterior em torno de 13%, pelo índice do IBGE. Essa taxa recuou agora para 10,5%. Somente neste ano, de janeiro a outubro, foram criados 1,8 milhão de empregos com carteira assinada — um recorde histórico. No setor informal, outras milhares de ocupações foram geradas. Na Grande São Paulo, o desemprego vem sendo reduzido pelo sexto mês consecutivo.

Outro dado que precisa ser enfatizado é que a expansão do PIB não se deve apenas às exportações. Cerca de 60% do crescimento do PIB verificado no terceiro trimestre é explicado pela expansão do mercado interno. Este fator é positivo, pois mostra que o crescimento está se espalhando para os diversos setores da economia. Deve ser comemorada também

a forte expansão dos investimentos produtivos. Com a confirmação do crescimento do PIB, tanto os investimentos internos quanto o investimento estrangeiro direto (IDE) deverão aumentar.

Medidas do governo Lula tiveram uma incidência importante no crescimento do mercado interno e na expansão dos investimentos. Entre as medidas que visaram a reduzir os custos do investimento se destacam a alíquota zero do PIS/Cofins para hortifrutis, adubos, sementes, fertilizantes e vacinas de uso veterinário e a concessão de crédito presumido de PIS/Cofins para a agroindústria. O governo investiu no desenvolvimento do mercado de crédito, instituindo, entre outras medidas, a consignação em folha de pagamento. Para avançar a construção civil, fez aprovar a Lei 10.931, que institui o patrimônio de afetação e a Letra e Cédula de Crédito Imobiliário, dando mais garantias, ao mesmo tempo, aos investidores e aos mutuários.

Há uma série de outras medidas tramitando no Congresso que favorecem ainda mais a redução do custo dos investimentos, a expansão do mercado de crédito, o fortalecimento do ambiente de negócios, a defesa da concorrência e a melhoria do marco regulatório. Lei de Falências, novas normas para as agências reguladoras, o projeto das Parcerias Público-Privadas e a política industrial e tecnológica são exemplos de medidas que podem favorecer ainda mais o crescimento. A regulamentação do setor elétrico foi fundamental para garantir investimentos em energia, imprescindíveis para o crescimento futuro. Foi nessa área que ocorreu uma das maiores incompetências do governo de Fernando Henrique. Incompetência que, como todos sabem, causou o apagão.

Mas o governo não pode se sentar sobre os bons resultados do PIB. É preciso garantir a continuidade do crescimento e da geração de empregos com novas medidas. A infra-estrutura representa uma ameaça importante ao futuro do desenvolvimento. Garantir os investimentos públicos nessa área e buscar investimentos privados é uma condição necessária para a sustentabilidade do crescimento.

O Diretório Nacional do PT tem insistido, em suas resoluções, na necessidade de se estabelecer um processo responsável e racional de redução da carga tributária. A par disso, os juros também não se podem tornar uma ameaça ao crescimento. Entendemos que o governo deve perseguir três objetivos centrais na condução da economia: estabilidade monetária, crescimento sustentável e geração de emprego com distribuição de renda. Tudo indica que o Brasil está encontrando o caminho para chegar lá. A sociedade e o mercado terão uma ajuda fundamental nessa busca se o governo for sério e competente, como está sendo o governo Lula.

* presidente nacional do PT

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo em 04/12/2004.

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Genoio

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Sereno

EDIÇÃO

Priscila Lambert - MTb 31085

REDAÇÃO

Maurício Moraes (subeditor), Claudio

Cezar Xavier, Vladimir Braga e Walter

Venturini (repórteres), Renata Bessi

e Thomaz Napoleão (estagiários)

ASSESSOR ADMINISTRATIVO

Rodrigo Zamprogna

APOIO ADMINISTRATIVO

Rafaela Soares

DIAGRAMAÇÃO

Sandra Luiz Alves

ILUSTRAÇÕES

Vicente Mendonça

SEDE

Rua Silveira Martins, 132

São Paulo, SP CEP 01019-000

Tel.: (11) 3243-1313

Fax: (11) 3243-1349

E-mail: ptnot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares

Fotolitos e impressão: Gráfica King

ENCONTRO NACIONAL

Lula destaca diálogo com prefeitos

Na abertura do Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas do PT, que ocorreu no dia 29 de novembro, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou aos petistas eleitos em 2004 que eles terão em uma experiência inédita a partir de janeiro. “Da parte do governo federal, eu posso dizer que vocês nunca tiveram na vida um presidente tão municipalista”, ressaltou. Lula afirmou que antigamente não havia o hábito de se ouvir os administradores municipais ou de recebê-los na capital. Ele ressaltou que hoje existem muitos canais de diálogo. “Não faltará, da nossa parte, apoio.”

O presidente deu alguns conselhos sobre os desafios que esperam os futuros prefeitos. Lula salientou que o primeiro ano de mandato é o mais difícil. “Vocês vão entrar com o Orçamento feito pelo prefeito anterior, que normalmente não tem as mesmas prioridades”, disse. “Vão ter que gastar dinheiro que já estava comprometido e terão que começar a construir o gasto de vocês.” Segundo ele, trata-se de um período importante em que é preciso construir alianças políticas para governar, formando a base de sustentação na Câmara.

Após ressaltar que já perdeu muitas disputas, o presidente destacou que não vale a pena procurar uma razão para o sucesso ou o insucesso



Lula: “Nunca houve um presidente tão municipalista”

nas eleições. “Quem ganhou não é melhor do que quem perdeu e quem perdeu não é pior do que quem ganhou”, ponderou. “Há cir-

cunstâncias.” Para ele, há uma série de fatores envolvidos que não podem ser simplificados. Por isso, disse, em vez de euforia ou baixo astral, é pre-

ciso refletir sobre o que aconteceu para se dar a volta por cima.

O presidente ressaltou também que nenhuma análise eleitoral pode ser feita de modo simplista. Como exemplo de que generalizações não funcionam, Lula citou a alegação feita por parte da imprensa de que o PT perdeu a classe média. Para ele, a afirmação não tem sentido diante das vitórias de Fernando Pimentel em Belo Horizonte, de Marcelo Déda em Aracaju, de Luizianne Lins em Fortaleza e de todos os outros candidatos petistas eleitos em capitais ou no interior.

Balanço

Em relação ao desempenho do governo federal, o presidente destacou que só tem motivos para ficar tranquilo. De acordo com Lula, a política econômica tem dado resultados importantes. “A economia e o emprego vão continuar crescendo e a dívida continuará caindo”, observou. “Não na pressa que a gente gostaria, mas no tempo que a gente pode fazer.” Ele elogiou o trabalho de todos os ministros e destacou o desempenho dos parlamentares na Câmara e no Senado. “Não é fácil aprovar o que nós fizemos em 22 meses.” O presidente também listou os avanços que o país obteve na política internacional, recuperando a sua relação com a América do Sul.

Genoino: “PT passou no teste das urnas”

O presidente nacional do PT, José Genoino, afirmou, durante a abertura do Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, que a legenda sai revitalizada da disputa municipal. “Foi a primeira eleição que enfrentamos na condição de um partido com a responsabilidade de governar o país”, observou. “O PT passou no teste das urnas. Crescemos, disputamos com a cabeça erguida e com o modo petista de governar, na defesa do governo do presidente Lula.”

Durante o seu discurso, o dirigente fez um rápido balanço do resultado das eleições. Para Genoino, a disputa deu ao PT a condição de partido nacional. Ele destacou que a legenda ficou em primeiro lugar nos números de votos, de capitais conquistadas, de cidades acima de 150 mil eleitores e de administrações reeleitas.

De acordo com o dirigente, o partido procura observar três valores fundamentais desde que começou a administrar as suas primeiras prefeituras, no início dos anos 80: democracia, liberdade e ética. “Esse tripé se funde num partido que tem sonhos, esperança, utopias e



O presidente José Genoino

está construindo tudo isso no dia-a-dia”, ressaltou.

Genoino afirmou que o PT sempre inovou no modo de governar as cidades. “Para o PT, o poder local faz parte de uma estratégia de mudança do Brasil”, explicou. O dirigente lembrou que o partido começou a vencer eleições sozinho, mas aprendeu a ganhar fazendo alianças. “Hoje nós temos a maturidade de, tanto nas prefeituras como no debate nacional, governar fazendo parceria política, com o movimento social e com a sociedade”, observou.

José Dirceu destaca que governo está cumprindo as mudanças esperadas

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, destacou, durante a abertura do Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas do PT, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está vencendo todas as etapas propostas quando assumiu o governo federal. “Esta é uma oportunidade única de dizer que a mudança que se iniciou no país é mais profunda do que uma simples mudança de governo, embora a eleição de Lula, em si, represente um significado histórico para o país”, afirmou.

Dirceu disse que o presidente retomou o projeto de desenvolvimento nacional abandonado pelos governos anteriores. O ministro citou a requalificação do papel do Estado brasileiro e dos serviços públicos e destacou o papel dos bancos públicos como fomentadores do desenvolvimento. “Estamos reorganizando o Estado como agente do desenvolvimento social, da democracia

e do crescimento”, afirmou.

Ele disse que tudo tem sido feito num governo de coalizão, democrático, que respeita o Congresso Nacional e abre um amplo diálogo. “O Brasil assistiu a reformas que estavam estacionadas há muito tempo, como a tributária e a previdenciária”, ressaltou, acrescentando a luta inédita contra a corrupção, o crime organizado e o narcotráfico. O ministro listou os investimentos em infra-estrutura, educação e ciência e tecnologia entre as principais prioridades para os próximos meses.

Dirceu encerrou dizendo que o governo faz um ajuste fiscal e político de estabilização, mas que isso não está separado da consolidação de políticas sociais e do desenvolvimento nacional. “Fazemos parte de um projeto de esquerda, um compromisso com o povo brasileiro. Estamos cumprindo o mandato que o povo nos deu”, concluiu.



Para Dirceu, governo retomou projeto de desenvolvimento

Petistas aprovam Carta de Brasília

No Encontro de Prefeitos e Prefeitas do PT foi aprovada por unanimidade a Carta de Brasília. O documento valoriza o esforço do partido e da militância na disputa eleitoral deste ano e destaca as conquistas obtidas. O texto também faz a defesa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, destacando a retomada do projeto de desenvolvimento nacional e o crescimento econômico, com controle da inflação e respeito aos compromissos assumidos pelo país. Leia, a seguir, a íntegra do texto:

Carta de Brasília

Nós, prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos e vice-prefeitas do PT, reeleitos ou eleitos em outubro último, reunidos em Brasília, expressamos nosso agradecimento ao povo brasileiro que, mais uma vez manifestou a sua confiança e o seu respeito ao nosso partido, por tudo o que ele construiu nos governos ou nas ações políticas e sociais ao longo de sua história.

Fomos o partido que mais votos recebeu nas últimas eleições municipais; que elegeu prefeitos no maior número de capitais e de cidades com mais de 150 mil habitantes; que cresceu de 187 para 412 prefeituras; que soube fazer coligações mesmo não sendo a cabeça de chapa, como o demonstram os mais de 300 vice-prefeitos e vice-prefeitas petistas eleitos no país; que, como nunca em sua história, multiplicou o número de prefeituras que vai dirigir em toda a região Norte e Nordes-

te e no grande Estado de Minas Gerais.

Consideramos o resultado das eleições como uma vitória do nosso modo de governar, construído desde as primeiras prefeituras que conquistamos há mais de 20 anos e expresso em nossos programas de governo para cada município, levados à população durante o processo eleitoral.

Estamos reunidos em Brasília para expressar o nosso entusiasmo com a grande obra que está realizando o governo do presidente Lula e para melhor integrar as ações de nossas prefeituras com as ações do governo federal.

Sentimos em nossas cidades o quanto o Brasil avançou neste governo. Saudamos a retomada de um projeto de desenvolvimento nacional, a retomada do crescimento econômico, com controle da inflação e com o respeito aos compromissos assumidos pelo país. Os bancos públicos retomaram o seu papel de indutores do crescimento e de promotores da inclusão social. O governo voltou a financiar o saneamento público, está preparado para retomar as grandes obras de infra-estrutura nas mais diferentes regiões do país. As pequenas e médias empresas têm recebido crescente apoio do governo.

Nunca os programas sociais foram tão abrangentes, como o mostra o Bolsa-Família, o Fome Zero, o Programa de Saúde da Família, o apoio à agricultura familiar, a ampliação e a qualidade dos programas de assentamento dos sem-terra, o início

da reforma democrática da Universidade, a multiplicação das vagas acessíveis aos estudantes universitários de baixa renda, a alfabetização.

A exitosa política internacional do nosso governo, aproximando o Brasil dos países da América do Sul, da África, do Mundo Árabe, da Índia, da China, guarda enorme correspondência com a política de desenvolvimento nacional, com a política econômica, e com a política de superação das injustiças e de inclusão social. Ela é mais uma manifestação viva do compromisso do Brasil com o seu povo.

O progresso da democracia no Brasil é evidente com o governo do presidente Lula. Nosso governo é de coalizão para expressar a ampla maioria do povo e para governar para ele. É um governo que respeita o Congresso Nacional, os Estados, os Municípios, os movimentos sociais, a liberdade de manifestação e de imprensa.

É com este respeito aos valores da democracia, da liberdade, que nosso governo está conseguindo realizar as reformas que há muito tempo eram requeridas pela sociedade brasileira: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma do Judiciário, a promissora Lei do Desarmamento e outras que estão em curso. Dentre elas, destacamos o Projeto de Emenda Constitucional gestada pelo MEC que, ao instituir o Fundo Nacional de Educação Básica e Valorização do Magistério, corrige os defeitos do Fundef, proporcionando recursos financeiros para

apoiar os Estados na manutenção e ampliação do ensino médio e os municípios nas ações de universalização da educação de crianças de 4 a 6 anos, ampliação das oportunidades de creche e expansão dos projetos de educação de jovens e adultos.

É com profundo senso de ética que nosso governo trabalha e se dedica sem trégua à luta contra a corrupção, instituindo mecanismos de controle interno e de transparência do governo. De outro lado, nosso governo move ampla campanha contra a violência, o crime organizado, o narcotráfico, a lavagem de dinheiro.

Nós, prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos, vice-prefeitas, somos testemunhas do grande respeito deste governo federal às cidades, aos grandes, médios e pequenos municípios, ao poder municipal. Isto é parte integrante do processo de inovação positiva em curso no país. Bem expresso nos gestos inéditos do presidente da República e dos ministros do governo de receberem periodicamente os prefeitos e suas lideranças ou de comparecerem aos seus encontros e de tomarem medidas que beneficiam os municípios, melhorando a distribuição do bolo tributário para eles e criando estruturas que os favorecem, em especial o Ministério das Cidades.

Nós nos reunimos em Brasília porque, em harmonia com o governo federal, queremos governar bem e cada vez melhor nossas cidades. Para o bem de seu povo e o bem do país.

Brasília, 30/11/2004

ENCONTRO NACIONAL

Prefeitos elogiam governo federal

A melhoria na relação entre as prefeituras e o governo federal foi um dos pontos explorados na primeira mesa de debates do Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas do PT, formada por quatro prefeitos reeleitos e dois petistas que vão administrar suas cidades pela primeira vez. Os participantes afirmaram seu apoio ao presidente Lula e destacaram o compromisso com a ética que sempre caracterizou as administrações do partido.

O prefeito reeleito de Santa Maria (RS), Valdeci Oliveira, elogiou o novo comportamento da União com as cidades. “Nos dois últimos anos de gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, nunca conseguimos uma audiência que fosse com o secretário do secretário do ministro”, lembrou. “Hoje, não há um ministério onde não haja a possibilidade de se conseguirem bons projetos e recursos para as cidades.” Oliveira defendeu a reeleição de Lula e disse que as eleições estaduais e presidenciais comecem a ser ganhas nos municípios.

O crescimento econômico foi destacado pelo prefeito reeleito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, como uma ferramenta importante para a solução do déficit social do país. “Problemas como desemprego serão mais facilmente equacionados”, analisou. “Teremos um terreno sólido para realizarmos a melhor gestão que o PT já exerceu no Brasil.”

O prefeito eleito de Nova Iguaçu (RJ), Lindberg Farias, defendeu a reeleição de Lula e ressaltou a preocupação que os prefeitos devem ter com a ética. “Existe um esforço da direita para jogar o PT na vala comum”, observou. “Por isso, temos que ser muito duros, discutir com os aliados e procurar nomes com capacidade comprovada.”

Para a prefeita eleita de Fortaleza, Luizianne Lins, os colegas devem manter acesa a chama de princípios como ética e solidariedade. “Para governar, é preciso ter um pé no pragmatismo e outro no sonho. A esperança precisa ser alimentada sempre, porque ela é o combustível do sonho”, afirmou. Também participaram da primeira mesa os prefeitos reeleitos Décio Góes, de Criciúma (SC), e Newton Lima, de São Carlos (SP).



Fernando Pimentel (à esq.) e Lindberg Farias participaram da primeira mesa de debates

Petistas discutem ações do 1º ano de mandato

A segunda mesa de debates do Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas do PT reuniu cinco petistas para discutir as perspectivas e desafios dos novos mandatos. Os participantes fizeram uma série de recomendações sobre o início de governo, período em que os prefeitos enfrentam o teste de todos os setores da sociedade. Enfatizaram ainda a importância de se construir uma política de alianças nas Câmaras Municipais que garanta a governabilidade.

Segundo o prefeito reeleito de Guarulhos, Elói Pietá, não existe motivo para estigmatizar a formação de alianças. Ele explicou que as experiências positivas do PT imprimem a qualquer prefeitura um caráter diferenciado, mesmo quando há uma coalizão entre vários partidos. Para Pietá, é importante incorporar todas as tendências petistas no governo. O prefeito afirmou que medidas antipáticas têm que ser tomadas no início do mandato. “É preciso preservar a normalidade urbana na saúde, saneamento, educação e transporte”, disse.

O prefeito eleito de Vitória, João Coser, ressaltou que a democratização do governo vai além do Orçamento Participativo e deve incluir a instalação de ouvidorias e conselhos autônomos para cada área. “Temos que enfrentar o



Elói Pietá: “É preciso preservar a normalidade urbana”

desafio de cobrir o buraco na rua sem abrir mão do planejamento da cidade para o futuro”, ponderou.

De acordo com o prefeito eleito em Rio Branco, Raimundo Angelim, os petistas não devem dormir sobre “os louros do poder”. Ele disse que é necessário reinventar a cada dia o modo petista de governar, tendo em vista o controle social, a ética e a garantia da maior inserção possível dos movimentos sociais na administração.

Eleita em Contagem (MG), Marília Campos disse que a cidade tem grandes bol-

sões de miséria, o que exigirá sintonia com os programas federais. Ela pretende atacar privilégios de alguns setores e, embora não garanta o funcionamento do OP no primeiro ano, aposta nos conselhos para organizar a sociedade civil. Para o prefeito reeleito de Vitória da Conquista, José Raimundo, a tradição centralizadora dos recursos no país está sendo modificada de forma gradual por Lula. “O governo federal se depara, no entanto, com o desafio de descentralizar cumprindo as demandas da dependência externa”, avaliou.

Evento debate política de relações internacionais

O Encontro Nacional do PT sobre Política de Relações Internacionais e Governos Locais, que antecedeu a abertura do Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, em Brasília, discutiu a importância estratégica de os municípios adotarem políticas que os aproximem de outras cidades do mundo. Várias propostas serão levadas ao Diretório Nacional para deliberação, com o objetivo de sistematizar a relação entre o partido e as experiências de relações internacionais das prefeituras.

O secretário municipal de Relações Internacionais de São Paulo, Kjeld Jakobsen, acredita que haverá um avanço no tratamento do tema pelo partido. Ele ressaltou que o desenvolvimento das relações internacionais no nível municipal ainda é recente fora dos países industrializados. “Na América Latina, isto é algo muito novo e as cidades governadas pelo PT têm estado à frente deste processo ao longo dos últimos anos, tendo tomado iniciativas e obtido conquistas importantes”, avaliou.

Jakobsen lembrou que o PT tem uma vocação internacionalista. “Sem nenhum preconceito contra qualquer outro partido, a maioria das cidades que desenvolveram políticas internacionais é governada pelo PT.” Ele avaliou São Paulo como uma experiência extremamente rica. Na sua opinião, a cida-

de deu um salto na promoção de sua imagem, na divulgação das políticas da gestão, na atração de projetos de cooperação e na realização de eventos internacionais — que contribuem também para esta boa imagem, mas trazem recursos e conhecimento.

De acordo com o diretor de projetos da Fundação Friedrich Ebert-Ildes, Cássio França, o encontro gerou informações que deveriam ser reunidas para facilitar o acesso aos governantes. Ele sugeriu a criação, pelo DN, de um centro de documentação voltado para os prefeitos, com dados sobre o tipo de política internacional possível para cada cidade, de acordo com o seu tamanho e recursos, além de “mostrar as portas”. “Outro ponto fundamental é a troca de experiências por meio de um local para encontro desses prefeitos com especialistas”, propôs o diretor.

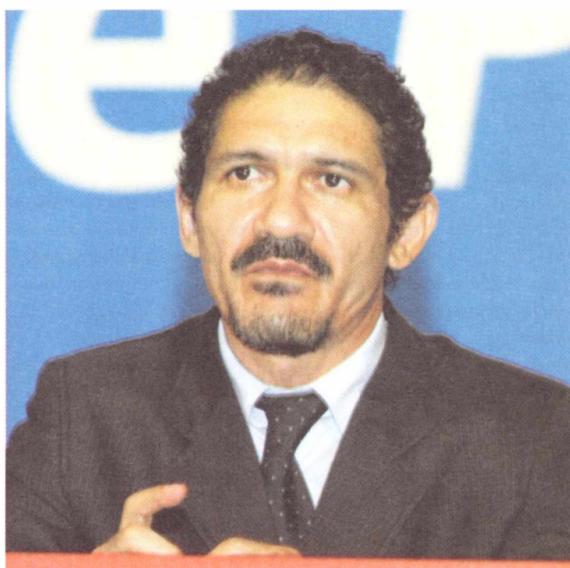
Para França, cada cidade precisa definir o tipo de relação internacional que pretende ter, como, por exemplo, só captar recursos, buscar aprimoração técnica ou colocar seus projetos para serem reconhecidos internacionalmente. “Tem um leque que vai depender das decisões políticas do prefeito para saber qual quer acionar. Quanto mais pretensioso, maior o destaque para as relações internacionais na prefeitura”, disse.



Participantes trocaram experiências e deram sugestões

CURSO

Vereadores aprendem princípios da atuação parlamentar



Campos: “Queremos ações coordenadas com o partido”

A Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT (Snai), a Secretaria Nacional de Formação Política (SNFP) e a Fundação Perseu Abramo promovem, de março de 2005 a março de 2006, um curso destinado aos 3.679 vereadores eleitos pelo partido este ano. Divididas em cinco módulos, as aulas vão tratar de temas que incluem desde os princípios que devem ser seguidos durante a atuação parlamentar até o modo petista de atuar nas Câmaras e os principais problemas enfrentados no Legislativo municipal. “O nosso desejo é termos ações coordenadas dos vereadores e vereadoras a partir da política nacional do partido”, des-

taçou o dirigente Francisco Campos, que integra a comissão responsável pela Snai ao lado de Mônica Valente e Romênio Pereira. “O curso servirá para formar e informar os parlamentares para atuarem nesse sentido.”

Entre os princípios pelos quais os vereadores devem zelar, as aulas mostrarão a importância da preservação dos valores éticos, da luta pela independência dos Legislativos, da transparência nos atos praticados, da colocação dos interesses gerais acima dos particulares e do respeito aos adversários e à pluralidade de opiniões.

Em relação aos principais problemas da atuação parla-

mentar, o curso vai procurar analisar as relações dos vereadores com o poder executivo, a correlação de forças em bancadas majoritárias ou minoritárias e o relacionamento com o partido, entre outros assuntos. O modo petista de atuar será mostrado por meio das experiências dos parlamentares petistas, com o apoio de instrumentos de educação à distância.

O Módulo I será introdutório e terá como foco dois temas: o que é ser vereador e quais são as funções da Câmara Municipal. O Módulo II tratará tanto das bases legais e institucionais que definem e limitam a atividade dos parlamentares municipais como do

desenvolvimento da cidade, com destaque para o desenvolvimento local sustentável. No Módulo III, está prevista a análise dos instrumentos de atuação parlamentar. Já o Módulo IV vai detalhar a orientação petista. O Módulo V, que encerra o curso, terá como tema a participação social e o Legislativo das cidades.

Os participantes serão divididos em grupos de no máximo 30 pessoas, com monitores próprios que terão a função de dar as aulas e acompanhar a produção à distância. Os interessados poderão realizar a pré-inscrição pela internet, através do Portal do PT (www.pt.org.br/site/outros/curso_vereadores.asp).

D N R E S O L U Ç Ã O

DN defende desenvolvimento

A resolução aprovada pelo Diretório Nacional do PT no dia 21 de novembro defende a consolidação da agenda de desenvolvimento do país e faz um balanço dos resultados das eleições municipais. O texto também define um roteiro de discussões e de atividades do partido para 2005.

Leia a íntegra do documento nas próximas três páginas.

-I- OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

1 – Os números dos resultados finais das eleições municipais são categóricos em demonstrar que o PT obteve um grande crescimento e que saiu fortalecido das urnas. Os números mais relevantes mostram que o PT cresceu em 120% no número de prefeituras conquistadas em relação a 2000, passando de 187 para 411; que entre os chamados grandes partidos foi o único que cresceu em número de prefeituras, enquanto os outros experimentaram recuos; que foi o partido mais votado, tanto no primeiro, quanto no segundo turno, respectivamente com 16,3 milhões de votos e 6,9 milhões; que foi o partido que mais conquistou cidades com mais de 150 mil eleitores, consignando 23 contra 19 do PSDB; e que foi o partido que mais reelegeu prefeitos, alcançando o índice de 44%. O PT experimentou também um incremento significativo no número de vereadores passando de 2.485 para 3.677. Este crescimento precisa ser destacado ao se constatar que ele ocorreu apesar da redução do número total de vereadores, fato que fez com que a maioria dos partidos tenha perdido cadeiras nos Legislativos Municipais. Merecem menção destacada as reeleições, ainda no primeiro turno, com votações consagradoras, dos prefeitos de Belo Horizonte, Recife e Aracaju, angariando prestígio para o PT, reconhecimento por parte do eleitorado dos bons governos petistas e a projeção e fortalecimento de novas lideranças.

2 – O crescimento do PT, do ponto de vista político, expressa também uma vitória e o fortalecimento do Governo Lula. Acrescente-se a isso que, de modo geral, os partidos da base aliada saíram fortalecidos do processo eleitoral. As conquistas de novas prefeituras e o avanço do PT nas regiões Norte e Nordeste conferiram ao partido uma presença mais nacional. O PT ampliou sua presença em pequenos e médios municípios e, além disso, governará o maior número de cidades com mais de 150 mil eleitores. Esses números desmentem as avaliações de analistas e de adversários de que o partido teria sido expulso para os grotes do país. Some-se a isso que, regra geral, onde o PT foi derrotado no segundo turno, perdeu por uma margem per-



Silvio Pereira, Arlindo Chinaglia, José Genoíno, Ideli Salvatti e Flávio Jorge compuseram a mesa inicial da reunião do Diretório Nacional do PT

centual pequena, alcançando um número de votos que varia de 45% a 49%, garantindo ao partido um capital político significativo, o que contribuirá para construir bons desempenhos eleitorais nas eleições de 2006 e de 2008.

3 – A polarização entre PT e PSDB e o fortalecimento de ambos, não invalidam a tese de que o sistema partidário tende a um bipartidarismo. Outros partidos como o PSB, o PPS, o PDT, o PL e o PTB, também saíram fortalecidos do processo eleitoral. O PMDB mantém-se como um partido forte nas estruturas institucionais, embora apresentando recuos nos seus indicadores. A conclusão que se pode estabelecer acerca do panorama geral da votação dos partidos é a de que o pluripartidarismo saiu fortalecido, com uma maior distribuição de prefeituras entre os partidos.

4 – Os bons resultados gerais obtidos pelo PT não podem ser supervalorizados a ponto de fazer com que não se reconheça o fato de que,

no segundo turno, o partido sofreu um revés político e eleitoral ao ser derrotado em São Paulo, Porto Alegre, Belém e Goiânia e em outras cidades que governava e ao não conseguir vitórias em algumas capitais e cidades importantes, principalmente no Centro-Sul do país. O PT deverá fazer um balanço criterioso dessas derrotas, localizando os erros que foram cometidos nas gestões ou nas campanhas, bem como avaliar o quanto a influência de fatores gerais e as posições e atitudes do PT e do governo pesaram nos resultados. Trata-se de fazer um balanço político para que o partido, no seu conjunto, possa aprender com os erros e corrigir eventuais falhas. A presente resolução tem apenas o intuito de abrir o debate, que deve processar-se pelos próximos meses e inserir-se nos processos de comemoração dos 25 anos do partido e no PED.

5 – As derrotas, certamente, encontram explicações em causas locais (municipais) e em causas gerais,



Membros do DN votam em uma das propostas de resolução que foram apresentadas

relacionadas com a atuação do PT. Não se trata de subestimar umas, nem de superestimar outras. Cabe às direções municipais e estaduais processar a avaliação das causas locais das derrotas. Ao Diretório Nacional cabe o dever de orientar esse debate, assumindo as suas responsabilidades.

6 – Antes de tudo é preciso assinalar que as motivações básicas da decisão de voto do eleitorado foram de natureza local: avaliação das administrações, perfil das lideranças, propostas e temas das campanhas etc. A disputa teve um caráter essencialmente municipal, com a incidência de alguns temas nacionais, prin-

cipalmente no segundo turno, momento em que a disputa ficou mais polarizada. De modo geral, o Governo Lula exerceu uma influência equilibrada e positiva sobre o eleitorado. Deve-se lembrar que seis meses antes das eleições, o quadro conjuntural era avaliado como negativo para o PT e o governo, indicando uma possível derrota nas urnas. A retomada da economia e o crescimento do emprego reverteram a tendência negativa e se projetaram positivamente no desempenho das candidaturas petistas, principalmente junto aos setores mais populares.

Resolução pede abertura de arquivos da ditadura

O Diretório Nacional do PT aprovou por consenso uma resolução sobre a abertura dos arquivos secretos da ditadura militar. O documento defende que a questão seja tratada com responsabilidade e firmeza e ressalta que existe um consenso na sociedade civil quanto à necessidade de tornar públicos os documentos. Confira o texto na íntegra:

O debate sobre os arquivos secretos, em especial os do regime militar, voltou a ocupar com força as atenções da opinião pública e da mídia, inclusive com a exigência da mudança do decreto assinado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso dois dias antes de deixar o governo, que fixou em 50 anos

o prazo para a divulgação de documentos com conteúdo sigiloso. A abertura dos arquivos faz parte da agenda democrática do país. Por isso, essa questão precisa ser tratada com responsabilidade e firmeza. O PT entende que há um consenso na sociedade civil quanto à necessidade de tornar público o teor desses arquivos. O PT se associa a essa exigência, por duas razões:

1 – Antes de tudo, por uma razão humanitária: as famílias dos mortos e desaparecidos durante o regime militar têm o direito irrenunciável de conhecer os destinos ou informações que possam levar à localização dos restos mortais de seus entes queridos. Esse direito nem o poder público e

o tempo podem negar às famílias. Restabelecido o Estado Democrático de Direito é um dever do Estado agir para que esse direito das famílias seja respeitado e efetivado.

2 – A abertura dos arquivos secretos, em especial os do regime militar, é uma exigência da história. Todo povo, toda sociedade e a própria humanidade têm o direito à sua memória coletiva, inclusive aos detalhes de sua época mais sombria. Decretada a anistia, cessados os efeitos jurídicos que eventos daquele período poderiam suscitar, restabelecida a democracia e pacificado o país politicamente, não há mais nenhuma razão histórica, jurídica ou política para que os arquivos

continuem secretos. Se há algum impedimento legal para a sua abertura, que ele seja com urgência revisto e contornado por atos legais do governo ou do Congresso. Já se passaram 20 anos desde o último governo militar, fator que também corrobora a necessidade de pôr um término a este assunto, objetivando garantir direitos de pessoas e o conhecimento da história, com responsabilidade e sem promover traumas. Tudo isto, aliás, é uma decorrência da Lei de Anistia e dos avanços que foram conquistados em 1992 com a divulgação dos arquivos estaduais e da Lei de Reconhecimento e Indenização dos mortos e desaparecidos políticos.

São Paulo, 20/11/2004

7 – O PT, aparentemente, subestimou os adversários e a importância da disputa e do debate político. Com a retomada do crescimento econômico e do emprego e com a projeção internacional do Governo Lula, avaliou-se que a oposição havia ficado sem discurso. No entanto, outros temas foram explorados pela oposição, que não tiveram a devida contraposição por parte do PT. Destaque-se aqui as teses de que o governo e o PT são autoritários, que cometeram deslizes éticos, que são aparelhistas e de que o PT é hegemônico. A partir de uma intensa exploração dessas teses pelos nossos adversários, em várias cidades se formaram frentes antipetistas, disseminando velhos e novos preconceitos. A incidência real

D N R E S O L U Ç Ã O

que esses temas tiveram sobre parcelas do eleitorado, principalmente junto à opinião pública informada, sugere que o governo e o PT precisam reafirmar condutas que expressem os compromissos do PT e do governo com a democracia, com a ética, com a transparência e com republicano.

8 – A avaliação equilibrada e realista que deve ser processada dos resultados das eleições e os números finais remetem para a conclusão prévia de que os petistas não devem adotar nem uma postura triunfalista e nem uma postura derrotista. As vitórias que conquistamos devem ser recebidas com humildade e com o senso de responsabilidade quanto às tarefas e desafios que prefeitos e vereadores eleitos ou reeleitos têm pela frente para atender às expectativas e às esperanças que o povo depositou neles. As derrotas que colhemos devem ser recebidas com serenidade e com o espírito aberto para que se possa aprender com elas. O derrotismo é incapaz de perceber que em muitas derrotas está a potência de futuras vitórias e o chamado para a continuidade da ação. Onde o PT venceu, deve procurar agregar forças e pessoas, a comunidade, em torno de empreendimentos comuns. Onde o PT perdeu, deve continuar com suas responsabilidades, exercendo uma oposição democrática e legítima, sem estigma e sem sectarismo. O resultado geral das eleições deve também servir de sinal de alerta, pois mostra que os principais opositores do PT estão fortes e competitivos e que seu poder de atratividade de aliados aumentou. Tanto no partido quanto nos governos petistas, há que se adotar uma postura mais previdente no que se refere à correção de falhas, à retificação de condutas e ao planejamento do futuro. Somente assim nossa ação política será investida daquele sentido estratégico da antecipação de diagnósticos e de medidas preventivas e corretivas, condições do exercício da iniciativa política.

9 – Ao alcançar o índice de reeleição de 44% — o melhor entre todos os partidos — os governos do PT e o modo petista de governar mostram que têm boa aceitação no eleitorado. Mas é preciso considerar que este índice é baixo e isto remete para a necessidade de reavaliar os programas municipais petistas, com vistas a superar suas deficiências e lacunas, atualizar as pautas temáticas e modernizar os enfoques e os mode-

los das gestões administrativas. Além de calibrar as prioridades, trata-se de buscar uma maior eficácia gerencial, de forma equilibrada com uma comunicação adequada e com a disputa de posições em torno dos programas implementados, otimizando a relação entre custos e benefícios das políticas públicas municipais e alargando sua abrangência e universalização para setores mais amplos das populações urbanas.

10 – A política de alianças definida pelo Diretório Nacional se mostrou necessária e eficaz. Para além da busca de bons resultados eleitorais, o PT deve conceber sua política de alianças como decorrência de uma necessidade justa e legítima de compartilhamento de poder com outras forças políticas, num país complexo, multiculturalista e com um sistema partidário pluralista. O resultado das alianças, além da soma de forças para chegar ao governo e para exercê-lo, tem sido a construção e a transmissão mútua de ideais, valores e propostas, que caminham para a formação de maiorias nas cidades, ou na sociedade, para a consecução de consensos possíveis na construção daquilo que se pode definir como um projeto para o Brasil. O PT não será sujeito exclusivo na construção deste projeto. O PT exercerá um papel de direção relevante no processo político brasileiro se souber compartilhar, de forma democrática e pluralista, respeitando as diferenças de interlocutores e aliados, as tarefas de elaborar e de governar. Há que se assinalar, no entanto, que em algumas circunstâncias, o sentido político e as implicações nacionais das alianças e mesmo sua natureza, não foram assimilados pelo conjunto do partido. O PT deve perceber que não construirá uma política coerente de alianças se as conceber apenas como recebimento de apoios, sem compartilhamento e contrapartidas.

11 – Apesar do acerto geral da política de alianças, no entanto, o PT deve refletir sobre sua amplitude e seus limites, levando sempre em conta os critérios que foram definidos em resoluções anteriores, como exigência de conduta ética e democrática dos aliados, respeito ao caráter republicano do poder público e busca do bem comum. Quando há necessidade de formalizar alianças pontuais, com qualidade diferente das alianças permanentes, os petistas devem ter a capacidade de explicar sua natureza, seu



Mônica Valente, que integra a comissão responsável pela Snai



O presidente nacional do PT, José Genoino, discursando durante a reunião do Diretório Nacional, que ocorreu em SP

limite e seus objetivos à opinião pública, de modo a preservar a imagem ética e de coerência do PT — seu maior patrimônio político.

12 – O PT, corretamente, vem priorizando, em suas gestões municipais, os setores mais pobres e excluídos da população através de políticas públicas específicas e de programas de distribuição de renda. No plano federal, programas como o Bolsa-Família, entre outros, também são indicadores das prioridades dos governos petistas. Mas essa inflexão das políticas dos governos petistas deve combinar-se com diretrizes orientadas para os variados setores assalariados e os setores das classes médias. As políticas sociais e distributivas dos governos petistas devem ser defendidas como parte integrante de um projeto mais amplo de desenvolvimento das cidades e do Brasil, enfatizando seus objetivos e os ganhos que elas representam para toda a sociedade em termos de crescimento econômico, geração de renda e de oportunidades, incremento do nível de ensino e da capacitação de pessoas. Além de enfatizar os aportes materiais que as políticas sociais e distributivas dos governos petistas representam, a sua defesa deve pôr em relevo também os valores que a elas estão agregados: a solidariedade, a justiça, a dignidade humana e o direito ao bem-estar de todas as pessoas. Em suma, não basta apenas implementar políticas sociais e distributivas orientadas para os mais pobres. É preciso financiá-las de forma justa e ganhar a adesão da sociedade convencendo-a com argumentos, com debate e com a defesa pública dessas políticas.

13 – O PT deve articular seus programas de governo com o objetivo de consolidar uma aliança programática entre os assalariados, os setores médios, os setores produtivos e as camadas populares pobres e excluídas. Cada um desses setores será convencido pela coerência, pela justiça, pela viabilidade do programa e pelos valores que lhe são inerentes, como solidariedade, justiça e inclusão social etc. O PT deve conceber os programas sociais como uma necessidade imperativa para combater com urgência o elevado grau de exclusão. Mas

o partido não pode perder de vista que esses programas produzirão efeitos, na distribuição de renda e na superação da pobreza, somente de forma parcial. O foco das políticas dos governos petistas não pode desviar-se do crescimento e do desenvolvimento econômico e da geração de empregos.

14 – O PT e os governos petistas precisam também elevar e intensificar o diálogo com os mais diversos setores sociais que são ou não atingidos pelas políticas governamentais. No âmbito do PT, esse diálogo deve implicar uma maior interação do partido com os movimentos populares, com os movimentos sociais, com o movimento sindical, com o movimento estudantil e com os movimentos de jovens, culturais, de mulheres e de grupos étnicos e com intelectualidade. O PT deve manter-se como um partido vivo e vibrante, organizado na força da militância e dos seus setoriais e, ao mesmo tempo, como partido amplo, aberto e de massas. Nos governos, esse diálogo com a sociedade deve ser efetivado pelas diversas frentes de ação governamental — secretarias e ministérios — e não apenas pelo chefe do Executivo.

15 – Respeitando a autonomia dos prefeitos eleitos ou reeleitos, o Diretório Nacional do PT os orienta para que na montagem dos governos sejam respeitados os seguintes critérios: condensar o máximo de informações sobre a realidade de cada município; planejar as ações gerais e setoriais; avaliar periodicamente o planejamento; planejar a partir dos recursos locais existentes; definir as prioridades da gestão; preservar a normalidade dos serviços públicos melhorando sua qualidade; dedicar atenção aos bairros e regiões específicas com diálogo permanente com a população; respeitando os valores republicanos, formar o governo valorizando as alianças e preservando os princípios da competência e da honradez; deixar claro às novas equipes que os governos petistas não tolerarão a corrupção e desvios de conduta; aquilatar periodicamente as necessidades e as expectativas dos municípios através de pesquisas ou de outros meios; preservar a autoridade, a reputação e a legitimidade em todas as cir-

cunstâncias; manter um relacionamento constante e produtivo com os aliados; tratar com cortesia e diálogo construtivo os adversários; desenvolver um relacionamento construtivo com os outros poderes locais e com os outros poderes federativos; manter a postura humilde, de quem serve uma causa e trabalha para o bem comum da coletividade; e valorizar, em todas as ações, os princípios da democracia, do diálogo, da solidariedade, da ética e do republicanismo.

– II – CONSOLIDAR A AGENDA DO CRESCIMENTO DO EMPREGO

16 – O Brasil está diante de uma oportunidade ímpar em sua história recente: consolidar um novo processo de desenvolvimento sustentável e de longo prazo. A redução do risco-Brasil, do estoque da dívida pública e da parcela da dívida pública atrelada ao câmbio são indicadores consistentes da diminuição da nossa vulnerabilidade externa. Soma-se a isso, o controle da inflação, o crescente superávit comercial e o superávit nas contas correntes.

A performance histórica das nossas exportações se deve a um esforço conjugado dos setores exportadores e do governo, que têm tratado a área de comércio exterior com enfoque estratégico, entendendo-a como um dos fatores mais dinâmicos do nosso desenvolvimento. Por isso, além de defender os interes-

ses comerciais brasileiros nos fóruns internacionais, o Governo Lula tem se empenhado com denodo na busca de novos parceiros comerciais e de novos mercados, a exemplo do empreendimento do novo patamar de relacionamento com a China, para ficar apenas num caso, entre muitos outros bem sucedidos. Com o objetivo de melhorar ainda mais o desempenho da nossa economia, o PT continuará lutando para uma redução consistente e responsável da taxa básica de juros, da taxa de juros reais e da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) praticada pelo BNDES. O PT reafirma sua convicção de que a estabilidade monetária e o combate à inflação são objetivos fundamentais a serem perseguidos de forma equilibrada com a promoção do crescimento econômico, com a geração de empregos e a recuperação da renda. Reafirma também sua avaliação de que a consolidação do desenvolvimento sustentável exige a conclusão da reforma tributária, diminuindo de forma continuada e racional a carga de tributos, principalmente aqueles que incidem sobre a produção e o trabalho. Nessa mesma perspectiva, o PT reafirma também sua reivindicação sobre a necessidade de se proceder a um reajuste da tabela do Imposto de Renda. O PT entende ainda que um dos aspectos importantes da recuperação da renda consiste na definição de mecanismos e de uma programação para a recuperação real do valor do salário mínimo ao longo dos próximos anos. Esta recuperação deve



O ministro da Educação, Tarso Genro, assiste à reunião

DN RESOLUÇÃO

se expressar já no reajuste do seu valor no próximo ano, com a definição dessa garantia no Orçamento da União de 2005.

17 — Conquistadas as condições necessárias para a retomada do desenvolvimento sustentável, o governo e seus parceiros políticos precisam ser agora ousados na adoção de medidas necessárias para superar os gargalos do crescimento, adotando as orientações, os estímulos, aprovando os projetos e implementando recursos e investimentos adequados para potencializar a afirmação e a modernização da nossa economia, com a geração de empregos e o alargamento das oportunidades de negócios, do empreendedorismo e da economia solidária. Em 2005, a prioridade do Brasil deve consistir em dar efetividade à agenda do desenvolvimento. Parte importante da efetivação da agenda do desenvolvimento passa pela aprovação de uma série de medidas pendentes na pauta de votação do Congresso.

18 — Da agenda do desenvolvimento estão pendentes para votação na Câmara ou no Senado uma longa lista de iniciativas legislativas, com destaque para as seguintes: medidas provisórias que visam estimular a poupança de longo prazo (MP 206 e MP 209); medidas provisórias que tem como objetivo reduzir o custo do investimento (MP 206 e MP 219); medida provisória que incentiva o mercado de crédito (MP 221); iniciativas cuja meta é reduzir o custo da solução de conflitos (PL 4376/93 — Lei de Falências, PLC 70/03 — Código Tributário Nacional, PLC 52/02 — Código do Processo Civil/Reforma do Judiciário, PLC 94/02 Lei de Mediação); medida que visa melhorar o ambiente de negócios e de defesa da concorrência (PL 344/02 — Concorrência do Sistema Financeiro); medidas que fortalecem os investimentos em infra-estrutura (PLC 10/04 — Projeto de Parceria Público-Privada — PPP —, PL 3337/04 — Agências Reguladoras) e medidas de estímulo ao empreendedorismo (PL 210/04 — Formalização do empreendedor de baixa renda). O atraso na aprovação de muitas dessas medidas está trazendo prejuízos evidentes para agenda do desenvolvimento do país. Por isso, urge que a articulação política do governo, junto com as bancadas petistas e dos partidos aliados no Congresso, encontrem saídas adequadas para aprovação desses pontos pendentes.

19 — O governo, o PT e os partidos aliados devem dedicar uma atenção especial às áreas de infra-estrutura, com vistas a deslançar investimentos e projetos. Recuperar a capacidade financeira do Estado e otimizar os investimentos dos escassos recursos existentes são necessidades que devem ser somadas à criação, através de novas medidas legais, de um ambiente favorável para que a iniciativa privada complemente a ação do Estado nos investimentos em infra-estrutura. Embora a PPP seja importante para alavancar os investimentos privados em infra-estrutura, o governo não deve ater-se exclusivamente a ele. É preciso explorar melhor as possibilidades e as alternativas no marco legal existente, como na lei de concessões.

Definir os marcos regulatórios, com regras estáveis e com viés pró-investimentos é uma exigência complementar ao processo de abertura de possibilidades de aporte de recursos privados nas áreas de infra-estrutura. A superação das lacunas a financiamentos de projetos mais caracterizadamente sociais, como habitação e saneamento, através de regulação que abra espaço para o aporte de recursos privados também é uma necessidade que merece um sentido de urgência na busca de soluções.

20 — O PT deve assumir uma ampla defesa pública das políticas sociais do governo, dialogando com a opinião pública sobre seu caráter necessário, tanto do ponto de vista das necessidades materiais das pessoas que são atingidas por essas políticas, quanto do ponto de vista dos valores morais que essas políticas contemplam. Se muito já se tem avançado na implementação das políticas sociais é preciso reconhecer que em várias áreas elas continuam apresentando problemas de definição, de foco, de gerenciamento e de implantação. A exigência que a sociedade estabelece é de que as políticas sociais apresentem eficiência e resultados. Mesmo nas políticas sociais estruturantes, como saúde, educação, reforma agrária e política habitacional, os esforços na busca de resultados e de eficiência precisam ser redobrados. Superar as dificuldades na implantação dos projetos principais nas duas áreas é uma exigência crescente, cobrada pelas próprias parcelas da sociedade que são atingidas ou interagem com essas políticas sociais.

21 — No Congresso, além de priorizar a aprovação dos pontos da agenda do desenvolvimento, as bancadas petistas e a direção do PT, junto com a coordenação política do governo, precisam agir para reorganizar a base de apoio a fim de garantir maiorias na aprovação das medidas de interesse do país e da sociedade. Neste aspecto, o governo precisa melhorar a interlocução com as bancadas e com os partidos aliados e estes precisam melhorar a interlocução entre si. O PT e o governo devem dimensionar a relação com seus aliados tomando por base a premissa de que a governabilidade deve se constituir e se consolidar a partir de uma base político-partidária pluralista e que somente uma força com esta natureza será capaz de construir um novo projeto para o Brasil. Esse sentido estratégico da aliança governamental é decisivo para que se estabeleça um novo patamar de relacionamento, fundado no compartilhamento de projetos e de perspectivas para o futuro. Esse sentido estratégico deve dimensionar também as definições sobre a continuidade e as prioridades relativas à agenda das reformas, com destaque para a Reforma Política e a conclusão das reformas Tributária, da Previdência e do Judiciário. A Reforma Política, definida por todos como prioritária, mas sempre protelada pelos governos e pelas legislaturas anteriores, deve adquirir o status de principalidade na agenda do Congresso em 2005.

22 — A ação internacional do Governo Lula, além de con-



Petistas participam da reunião do DN, que fez um balanço dos resultados das eleições municipais deste ano

tribuir para a recuperação da economia, particularmente na redução de sua vulnerabilidade externa, tem permitido uma presença forte do Brasil na cena mundial. São significativos os avanços na política de integração regional. O Mercosul avança, contornando as dificuldades herdadas dos governos anteriores da região. Projeta sua integração institucional e ganha peso econômico e político com as recentes associações do Peru, Venezuela e Equador e o iminente acordo com a Comunidade Andina, que criará as bases para a formação de uma Comunidade Sul-americana de Nações. Esse bloco econômico, com laços políticos, sociais e culturais, que vai da Amazônia à Antártida, permitirá uma presença mais soberana da região no mundo atual, marcado por uma globalização assimétrica e pela predominância de políticas unilaterais. O Brasil fortalece sua presença nos fóruns multilaterais. Atendendo o chamamento do presidente Lula, 60 chefes de Estados estiveram reunidos em Nova Iorque, em setembro último, para lançar a iniciativa mundial de combate à fome. O chamamento de Lula já conta com o apoio de 130 governos. O governo brasileiro tem insistido nos fóruns multilaterais na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento. É assim que colheu grandes vitórias na OMC contra os subsídios agrícolas que golpeiam as economias mais pobres, particularmente da África e América Latina. Tem grande repercussão e possibilidades imediatas de êxito o movimento que re-

alizamos para mudar os critérios com os quais o Fundo Monetário Internacional vem agindo, especialmente no que se refere a uma maior elasticidade nos gastos de infra-estrutura. Finalmente, a presença de soldados e técnicos brasileiros no Haiti, contribuiu para a estabilização política e a reconstrução econômica e social daquele país. A associação de quase todos os países nesta empreitada abre, pela primeira vez, uma possibilidade de saída pacífica, multilateral, para uma crise onde historicamente as grandes potências coloniais e imperialistas fracassaram.

— III — DISCUSSÕES E DE ATIVIDADES PARA 2005

★ O balanço das eleições de 2004, a composição dos novos governos, onde fomos vitoriosos e a transição para a oposição, onde fomos derrotados, devem ser feitas simultaneamente à preparação do partido para os desafios do biênio 2005-2006.

★ Cabe ao PT revitalizar as relações com os movimentos sociais e com as bases partidárias; governar vários Estados e prefeituras, ao mesmo tempo em que faz oposição a administrações da centro-direita; governar o país, impulsionando as mudanças que nos levaram à Presidência da República; e manter intensa atividade internacional, ajudando a compor um campo internacional que apro-

funde a luta pela democratização das instituições internacionais e que defina regras de comércio mais justas.

★ Nos dias 29 e 30 de novembro, o Diretório Nacional reunirá os 411 prefeitos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores. Simultaneamente, organizará reuniões regionais de nossos 3.679 vereadores, preparando um grande encontro nacional que realizar-se-á em 2005.

★ O crescimento do número de prefeituras e de vereadores demonstra a necessidade de reorganizarmos e aparelharmos a Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais, precisando seu papel e agregando mais dirigentes ao trabalho.

★ Igualmente em 2004, a Comissão Executiva Nacional — CEN debaterá em profundidade, em duas reuniões com pauta exclusiva, a situação internacional e a pauta política de 2005. Caberá à Executiva Nacional traçar um plano de ação para a Secretaria de Relações Internacionais — SRI. Cabe integrar mais dirigentes na condução desta secretaria, criando as condições políticas necessárias para dar conta das amplas tarefas do partido.

★ Quanto à pauta política de 2005, compete à CEN enfrentar, ainda que de maneira preliminar, sujeita ao debate e às determinações do Diretório Nacional, um conjunto de questões. Destaca-se, entre elas, a definição das prioridades do governo federal no ano de 2005, o que supõe o balanço dos dois primeiros anos e das macro-políticas implementadas, especialmente no âmbito da economia, mas também no âmbito das relações internacionais, da defesa, das políticas sociais e da democracia.

★ Cabe à direção partidária, também, debater e posicionar-se sobre a pauta do Congresso Nacional. Incluindo aí a questão da eleição dos presidentes da Câmara e do Senado e o projeto de reforma política.

★ Ao lado da ação do governo e da pauta congressual, cabe à direção partidária debater os caminhos e adotar as providências necessárias para revitalizar nossa relação com

os movimentos sociais. Neste particular, cabe à CEN organizar em 2005, as conferências da militância petista que atua nos movimentos sociais.

★ Finalmente, a pauta política de 2005 inclui a preparação do partido para as eleições 2006. Aqui é preciso entender que esta preparação não se reduz à definição das candidaturas.

★ O primeiro bimestre de 2005 será extremamente ativo para o PT. Por um lado, teremos o Fórum Social Mundial. Por outro, o Jubileu de Prata do partido. A decisão de manter o Fórum Social Mundial em Porto Alegre exige do PT um enorme esforço de mobilização e de articulação política. Para além da presença física de nossos militantes, de nossos dirigentes e de nossas bandeiras, trata-se de preparar nossa intervenção neste grande encontro da esquerda e das forças progressistas de todo o mundo. Nesse sentido, a direção partidária deve organizar a intervenção do partido no conjunto do Fórum Social Mundial, a começar pelo encontro parlamentar que já é de nossa responsabilidade.

★ O Fórum Social Mundial constitui uma oportunidade ímpar de dialogar com a esquerda, com movimentos sociais diversos e com a sociedade mundial. Nesta perspectiva o Diretório Nacional do PT orienta os seus militantes a fazerem-se presentes nos trabalhos do Fórum, defendendo as posições históricas do partido na perspectiva mais justa, democrática e equitativa.

★ O Diretório Nacional priorizará um processo de formação política da militância do PT, vinculando o debate sobre os 25 anos do partido, criando as condições para que o Processo de Eleição Direta — PED das direções se realize num ambiente politizado.

★ O Diretório Nacional do PT conclui sua reunião confiante de que o partido saberá avaliar em profundidade os resultados da eleição de 2004, tirando daí as lições necessárias para enfrentar com sucesso os desafios de 2005 e 2006.

São Paulo, 21 de novembro de 2004



O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Dulci

D N R E S O L U Ç Ã O

Partido prepara festa dos 25

O Diretório Nacional do PT aprovou, durante a reunião dos dias 20 e 21 de novembro, resolução sobre a comemoração dos 25 anos do PT, que ocorre em fevereiro. O texto destaca que o evento deve servir como uma grande reflexão sobre o passado do partido — que tem marcado presença na história do país desde a sua fundação —, além de estabelecer as bases para a ação da legenda no futuro.

Foi constituída uma comissão responsável por organizar a tarefa nos próximos três meses, integrada pelos seguintes dirigentes: Silvio Pereira (coordenador), Valter Pomar, Delúbio Soares, Joaquim Soriano, Gleber Naime, Mônica Valente, Paulo Ferreira, Romênio Pereira, Francisco Campos, Ivan Valente, Marcelo Sereno e José dos Reis Garcia. Confira, a seguir, a íntegra do documento:

Resolução 25 anos do PT

Em fevereiro de 2005 o Partido dos Trabalhadores completará 25 anos e a comemoração deve ser entendida como uma grande oportunidade de reflexão sobre nossas experiências. Na história recente do Brasil, não há um só acontecimento político no qual não esteja a marca, a opinião, o juízo, a interferência do PT e a participação da nossa militância e dos nossos dirigentes. O movimento social e popular foi fortemente influenciado por nossas propostas e posicionamentos. Desde sua fundação o PT vem ampliando significativamente sua presença no espaço institucional e democrático. Conquistamos a Presidência da República envolvendo a nação brasileira na esperança de mudar o país. Nossas marcas e formas de atuação política já fazem parte da cultura política brasileira e já são patrimônio e referência da sociedade.

Nestes 25 anos, não houve nenhum dia em que a imprensa e os jornais não trataram de fatos onde o PT era um dos protagonistas. Portanto, este nosso jubileu deve ser tratado como um momento de profundo balanço deste passado e de construção das bases do nosso futuro. Será uma grande oportunidade de dialogar com o conjunto da esquerda brasileira e mundial.

Considerando:

1 – A importância estratégica do PT como alternativa de poder forjada pelas camadas populares, resgatando o papel protagonista da es-



Genoino discursa na reunião do DN; Paulo Ferreira, Mônica Valente e Silvio Pereira (no destaque) estão entre os integrantes da comissão do aniversário do PT



querda e das forças progressistas no cenário político do país;

2 – O objetivo de revitalização dos laços partidários com a intelectualidade e os movimentos sociais, fortalecendo o bloco histórico que permitiu a eleição do presidente Lula e a abertura de uma nova etapa na construção de um projeto radicalmente democrático para o país;

3 – A centralidade da mobilização militante para as batalhas que se avizinham, aprofundando a unidade do partido e sua capacidade de ação política contra as tentativas de retorno ao governo do campo conservador;

4 – A necessidade de ampliar em larga escala a formação política e ideológica, especialmente entre os jovens, resgatando a história do partido e seus compromissos programáticos fundamentais;

5 – A premência de um debate mais profundo e plural sobre os rumos de nosso projeto de governo, seus desdobramentos e destino estratégico;

6 – A tarefa primordial de desenvolver o PT como instrumento de hegemonia dos trabalhadores no Estado e na sociedade, demarcando sua identidade e autonomia na batalha por corações e mentes.

O Diretório Nacional do

Partido dos Trabalhadores decide:

★ Definir como atividade prioritária, nos próximos três meses, a organização dos festejos pelo 25º aniversário do partido.

★ Constituir uma comissão responsável por esta tarefa, integrada pelos companheiros: Silvio Pereira (coordenador), Valter Pomar, Delúbio Soares, Joaquim Soriano, Gleber Naime, Mônica Valente, Paulo Ferreira, Romênio Pereira, Francisco Campos, Ivan Valente, Marcelo Sereno e José dos Reis Garcia.

★ Estabelecer um prazo máximo de quinze dias para que seja apresentado um plano detalhado de trabalho à Executiva Nacional.

Indicar como eventos centrais da programação as seguintes iniciativas:

a) A realização de um ato político-cultural de celebração do aniversário.

b) A produção de um vídeo sobre a história partidária, a ser exibido durante o ato, além de distribuído entre os diretórios estaduais e municipais.

c) A gravação de um CD com as músicas mais simbólicas da

esquerda, além de um pequeno livretinho com suas letras e origem.

d) A inauguração de uma exposição fotográfica sobre a história do partido, simultaneamente nas cidades mais importantes do país.

e) A realização de um seminário, na semana seguinte ao ato político-cultural, para balanço da trajetória do PT e seu projeto para o país.

f) A organização, nos dois meses seguintes ao aniversário partidário, de jornadas regionais de formação política, organizadas nas principais capitais e capitaneadas por um grupo vinculado à direção nacional.

★ Realizar uma reunião ampliada do Diretório Nacional no final da semana comemorativa, para aprovação da *Carta dos Direitos Sociais*, um documento que aponte para os compromissos fundamentais do partido, convocando o país à mobilização pelo aprofundamento de uma agenda democrática, de desenvolvimento sustentável e soberania nacional.

São Paulo, 21 de novembro de 2004

Diretório Nacional lamenta morte de Celso Furtado

O Diretório Nacional do PT divulgou uma nota, durante a reunião de 20 de novembro, em que lamenta a morte do economista Celso Furtado e transmite seu pesar à família. Momentos antes, os membros do DN homenagearam o intelectual com um minuto de silêncio. No texto, o partido ressalta que Furtado soube associar a sua reflexão sobre a evolução histórica do Brasil a um forte compromisso de mudança pelo país. O anúncio do falecimento foi feito pelo senador Aloizio Mercadante (SP). O economista passava por complicações cardíacas e morreu em casa.

Considerado um dos mais importantes intelectuais do país, Celso Furtado teve uma relação próxima do PT e suas lideranças. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou luto oficial de três dias pela morte do economista. Em nota oficial, Lula afirmou que perdeu um amigo, mas que guardará os seus ideais. “Mais que um economista, Furtado era um brasileiro que nos enchia de orgulho por seu compromisso com o Brasil, com a América Latina e com todos os

países em desenvolvimento”, enfatizou o presidente. A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, representou o Diretório Nacional do PT no velório, que ocorreu na Academia Brasileira de Letras, no Rio.

Leia a íntegra da nota do Diretório Nacional sobre a morte de Celso Furtado:

“A morte de Celso Furtado deixa o Brasil mais pobre do ponto de vista intelectual, político e ético.

Pensador maior sobre a evolução histórica do Brasil e do nosso continente, Celso foi capaz de associar sua reflexão a um forte compromisso com a mudança do país em proveito de seu Nordeste postergado e dos mais pobres.

No momento em que o Brasil se vê confrontado com a necessidade de pensar seu projeto nacional de desenvolvimento, os ensinamentos teóricos e o exemplo ético de Celso Furtado serão uma referência fundamental para o Partido dos Trabalhadores.

O PT se associa ao pesar da sociedade brasileira e transmite aos familiares e amigos de Celso Furtado suas condolências.

Moção do DN repudia o assassinato de 5 sem-terra

O Diretório Nacional do PT aprovou uma moção em que repudia o assassinato de cinco trabalhadores rurais sem-terra em Felisburgo (MG), ocorrido no dia 20 de novembro. No texto, o partido exige a punição dos responsáveis pelo crime, que classifica como brutal. Quatro pessoas já foram presas por suspeita de envolvimento na ação. Entre os detidos está o fazendeiro Adriano Chafik Luedy, acusado de ter sido o mandante. O ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, defendeu uma punição exemplar no caso. Confira a íntegra do texto do DN:

PT repudia assassinatos e exige apuração

No dia de ontem, 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, na cidade de Felisburgo – MG, no Vale do Jequitinhonha, ja-



Ministro Nilmário Miranda

gunços armados tomaram de assalto um acampamento do MST.

De maneira covarde, foram assassinados cinco trabalhadores. Há muitos feridos.

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores repudia veementemente esse brutal ato. Exige apuração até o fim e punição dos responsáveis.

P O R T O A L E G R E

PT define participação no Fórum Social Mundial em 2005

O PT deu início às preparações para participar da quinta edição do Fórum Social Mundial, que ocorre em janeiro em Porto Alegre. Segundo o dirigente Francisco Campos — que integra a comissão responsável pela Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (Snai) ao lado de Mônica Valente e Romênio Pereira —, o partido promoverá oficinas e seminários. “O fórum é importante por ser um ambiente de debate político

entre movimentos sociais e ONGs do mundo todo”, afirmou. “O PT tem uma grande presença neste espaço.”

Segundo ele, o partido contará com um local às margens do Rio Guaíba para servir de ponto de encontro. “Vamos convocar todos os militantes e simpatizantes petistas que estiverem na cidade para que participem das atividades do partido”, antecipou. Para o dirigente, é fundamental a presença de petistas nas cami-

nhadas de abertura e de encerramento do evento. Ele destacou ainda a realização de uma festa do partido no Centro de Tradições Gaúchas, em 29 de janeiro.

De acordo com Campos, o PT levará nomes importantes para Porto Alegre, incluindo ministros e lideranças partidárias como o seu presidente nacional, José Genoino. O partido organizará seminários próprios ou em conjunto com outras instituições, como

a Fundação Perseu Abramo.

Para o dirigente, a prioridade dada ao fórum deve-se à forte vinculação do evento com os movimentos que ajudaram a construir o PT. Uma importância, ressalta Campos, que não foi afetada pela perda da prefeitura da capital gaúcha. O V Fórum Social Mundial acontece entre 26 e 31 de janeiro e deve contar com mais de 2.500 eventos, propostos por entidades de mais de 110 países.

